

**VII SEMINÁRIO FESPSP - “NA ENCRUZILHADA DA DEMOCRACIA:
INSTITUIÇÕES EM TEMPOS DE MUDANÇA.”**

24 a 28 DE SETEMBRO DE 2018

GT 05 – “AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM TEMPOS DE MUDANÇA.”

**A PRIMAVERA ÁRABE E AS JORNADAS DE JUNHO:
A POTENCIALIZAÇÃO DOS LEVANTES POPULARES MEDIANTE O USO DAS
REDES SOCIAIS E A PRÁTICA DA ESPIONAGEM E PROIBIÇÃO DAS
MÍDIAS APLICADA PELO ESTADO.**

Aline Batista dos Santos Silva

Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU

RESUMO

O presente artigo propõe um estudo sobre a organização de agremiações populares para ativismos mediante os recursos proporcionados pelas mídias sociais. Com base nisso analisa as adversidades que esse levantes encontram com a limitação ou a proibição de suas atividades pelas práticas de vigilância advindas do Estado. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva de abordagem qualitativa que dispõe a análise de duas conjunturas: os eventos pertencentes à “Primavera Árabe”, em 2010, e o cenário político brasileiro nas “Jornadas de Junho”. Busca-se evidenciar o impacto dos veículos de comunicação via web em circunstâncias revolucionárias no Sistema Doméstico, tanto para a disseminação de conteúdo informativo quanto para a organização de atos e militâncias. Logo, procura-se analisar em quais circunstâncias esses governos sentiram-se ameaçados pelos civis, ponderando se a estratégia de espionagem aplicada é decorrente de ações para o salvaguardo do bem público ou das pretensões estatais.

Palavras-Chave: Ciberespaço, Espionagem, Primavera Árabe, Jornadas de Junho.

Graduanda em Relações Internacionais
E-mail para contato: aline.bss@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo dispõe-se da análise de duas conjunturas contemporâneas: o cenário político brasileiro em meados do ano de 2013, em meio a indignações e protestos populares, nomeado mediante a mobilização, como as “Jornadas de Junho”, inicialmente incitadas pelo aumento do preço das passagens dos transportes coletivos em seus 20 centavos e estendidas para outras demandas de muitíssimas reivindicações de requerimento popular.

E similarmente, como segundo objeto de estudo apresenta um levantamento sucinto dos eventos pertencentes ao fenômeno denominado “Primavera Árabe”, período que contemplou uma movimentação civil acentuada e, que originou greves e passeatas para a reivindicação de melhores condições de vida, comodidade cívica, instauração da democracia e a derrubada de regimes ditatoriais implantados no norte do continente africano e no Oriente Médio.

Em virtude dessas condições, em ambos os contextos, os civis se organizaram com a disposição de atos, agendas e chamadas através da *internet*, em específico mediante a praticidade das redes sociais, enquanto os Estados se apropriaram da mesma e de mecanismos estratégicos, tais como a aplicação da vigilância e espionagem, para priorizar as suas pretensões particulares de modo a desconsiderar as solicitações e necessidades advindas da população protestante.

Logo, os acontecimentos contextualizados não se aludem pelo sistema político em que ambientam ou em consonância ao modelo socioeconômico seguido e desenvolvido pelo Estado. As casualidades são convergentes pelo desígnio governamental ao compelir a aplicação de uma técnica estratégica, que em tese objetivava a segurança nacional, e em prática salvaguardava os anseios governamentais que objetivavam minimizar a propagação revolucionária.

O escopo da pesquisa apresenta argumentações e fundamentações teóricas que auxiliam a analisar a **internet** e a extensão das relações mediante as mídias sociais, ao mesmo tempo, como um dispositivo de característica dual para as atuais mobilizações populares. Enquanto consegue instaurar-se como um mecanismo importantíssimo para a disposição e concentração de massas para um objetivo específico e comum, acoplado ao compartilhamento de dados e propagação ligeira dos mesmos ao redor do mundo em prol da democracia, similarmente em outra percepção, pode ser empregado como um meio aprimorado de espionagem, vigilância, domínio e repreensão de cidadãos, por governos propensos a centralizar poder e “impear” sob qualquer contexto subversivo.

MATERIAIS E PROCESSOS METODOLÓGICOS

Primordialmente o estudo procura evidenciar o impacto das redes e veículos de comunicação via **web** em circunstâncias problemáticas ou revolucionárias decorrentes do Sistema Doméstico, tanto para a disseminação de conteúdos informativos quanto para a organização de atos físicos ou militâncias virtuais, que prontamente estiveram em pauta na esfera internacional. Também, a pesquisa pretende analisar em quais circunstâncias os governos dessas localidades sentem-se ameaçados pela própria população. Bem como, faz-se necessário ponderar se a aplicação da estratégia de vigilância e espionagem é decorrente de ações para o salvaguardo da segurança pública ou unicamente das pretensões estatais.

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva de abordagem qualitativa. E como estudo, está especificamente embasada em pesquisas bibliográficas, com suporte em periódicos, textos acadêmico-científicos, assim como em análises documentais respectivas aos eventos elencados. Uma vez que este artigo também busca estudar o tratamento do Estado para com as ameaças nativas, o motivo e a construção dos inimigos internos (indicada como a parcela descontente e revolucionária da população) e o uso da repressão para o restabelecimento da ordem nacional serão identificados nos períodos estudados, mediante conceitos isolados do campo das Relações Internacionais e análises de política externa.

AS MÍDIAS SOCIAIS: CONCEITO, IMPACTO E CIBERATIVISMO

Enquanto a percepção de rede para o senso comum é majoritariamente compreendida nas derradeiras décadas mediante o aparecimento e propagação das mídias digitais como as notáveis plataformas: Orkut, Facebook e Twitter, academicamente a elaboração da ideia e de sua conceituação é histórica, aludindo-se a um período consideravelmente muito anterior ao surgimento da **internet**. Conforme elucida Dortier (2010, p. 541), a palavra rede (**network**) tem origem no latim **restis**, com o sentido primeiro de “entrelaçamento de fios”. Em síntese, essa ação contribuiu para a redução sucessiva das distâncias entre continentes e países e, de modo consequente, similarmente entre pessoas. Na contemporaneidade, a globalização produziu atualizações e, com os procedimentos inovadores de comunicabilidade derivaram novos métodos de se pensar, compartilhar ideias e análogo a isso, o agir politicamente.

Os procedimentos de comunicabilidade vêm experimentando e adaptando-se mediante à grandes adequações ao longo dos anos, com o apoderamento de novos artifícios e técnicas aplicadas pelos indivíduos com o propósito de descomplicar e auxiliar no contato entre os sujeitos e no entendimento da fala. Na compreensão de muitos, a revolução de maior escala que inovou esses recursos se deu com a popularização da **web** e a elaboração de um novo ambiente onde a “fala” faz-se possível e acessível aos atuantes, isso independentemente de suas condições econômicas, culturais e sociais. Em oposição ao discernimento do sociólogo, filósofo e pesquisador Pierre Lévy, a maneira de incluir os seres no ciberespaço não se dá mais de modo gradual e lento considerando que na contemporaneidade, esse cenário é um elemento já pertencente ao ser social.

Em conformidade com os argumentos apresentados pelo intelectual, a **internet** origina novas maneiras de conhecimento tornando-se “a descoberta da liberdade do ponto de vista social”. Logo, apoderando-se das discussões de Pierre Lévy, esse espaço **online** se inclina para possibilitar conversação e, inclusive, proporcionar o contato social dos seres produzindo memórias coletivas, ligações e estabelecendo convivências independentes do vínculo espaço-tempo-territorialidade.

Nesse contexto, o autor ainda elenca que cada indivíduo é autônomo para originar e participar de grupos mediante seus gostos e pretensões dentro do ciberespaço. E sobre essa argumentação, “Esses espaços de convivência são também lugares de fala onde se representam os valores do perfil identitário de quem os encabeça”. (LEONARDI E ANTOUN, 2012, p.1-12).

O hábito de utilizar intensivamente a **internet** e a experiência e inserção dos atores sociais dentro da **web**, rearranja as atividades de comunicação e reorganiza paulatinamente o cotidiano dos cidadãos e a maneira como esses seres interagem no cenário onde eles estão inseridos. Nessa conjuntura, as redes tornam-se instrumentos significativos por possibilitarem que os indivíduos se ordenem discursivamente adentro do **world wide web**. Em síntese, as mídias sociais constituem integralmente o dia a dia das pessoas e são elaboradas das mesmas e de suas conexões em sociedade, segundo a constatação de Raquel Recuero (2009, online). Logo, esse contato e respectivas conexões modificam a disposição dos grupos de comunicação **online** e, inclusive, influenciam nas maneiras de diálogo e na disseminação de conteúdos informacionais, compartilhados em especificidade.

Conectar-se à rede origina além do envolvimento e coexistência virtual, uma sensação de pertencimento nos seres que objetivam a própria inserção crescente nesses cenários de interação social. E é nessa compreensão que as mídias mostram-se como um grandioso atrativo na **internet** partindo pelo pressuposto de que, é mediante esses mecanismos que os atores sociais constroem laços e exteriorizam uma intelectualidade coletiva por intermédio do compartilhamento de experiências e convicções, disseminadas nesses ambientes de comunicação. Consequentemente, segundo o conceito de conversação apresentado por Raquel Recuero e anteriormente explanado no decorrer dessa argumentação, essa argumentação demonstra pertinência, dado que observa as redes como um canal, especificamente um caminho onde o contato se estabelece e a relações se consolidam.

Nessa constatação, um considerável número de indivíduos que partilhavam do mesmo contexto de desagrado concernente às atuações de liderança política no Estado, nesse estudo, despontando dos eventos característicos da Primavera Árabe e a seguir, na conjuntura brasileira que movimentou as passeatas de 2013, denominadas como “Jornadas de Junho”, conseguiram se dispor nas ruas, especificamente movimentar para esses espaços, as pautas e reivindicações que iniciaram-se mediante as publicações curtidas e compartilhadas nas mídias sociais, mediante argumentações e discussões em fóruns específicos e grupos pertencentes ao Facebook, Twitter e demais mecanismos. Em conformidade a isso, o raciocínio de Raquel Recuero evidencia que esta é “a capacidade do ciberespaço de proporcionar um ambiente de interação e de construção de laços sociais”. (RECUERO, 2010, online).

Grosso modo, as mídias sociais são componentes dos elementos que compõem o ambiente virtual de comunicação e encontram-se como mecanismos que propiciam a conversação mediada pelo *personal computer*. Seguindo com o pensamento e argumentação de Raquel Recuero, essa Comunicação Mediada pelo Computador, não é dessemelhante das maneiras de comunicabilidade tradicionais, dado que o diálogo entre os atores é constituído independentemente dos dispositivos tecnológicos empregados, de modo que a CMC “É também um produto social. Essas redes conectam não apenas computadores, mas pessoas”. (RECUERO, 2009, p.17). Mediante o exposto, compreende-se que as redes possibilitam adiante da conversa, a possibilidade de que os indivíduos estejam presentes no ciberespaço. Com a criação de perfis, fanpages, grupos e comunidades o poder de fala é concedido.

Em consequência dessa corrente e movimentação, a disseminação e repercussão de conteúdos informacionais que são lançados nas redes adquirem dimensões inimagináveis e não se podem quantificar numericamente as pessoas que conseguiram ou receberam em suas vias de acesso, um simples comentário e notificação. “Não sabemos quem são mais os receptores, uma vez que a mensagem publicada pode ser republicada, comentada e com isso, migrar para pontos distantes da rede” (RECUERO, 2012, online).

Esse novo modo de comunicação tornou-se o combustível de uma grande maioria dos movimentos sociais. O ciberespaço, em específico os **sites** de mídias digitais, agora são veículos de agendamento e compartilhamento de protestos, conjuntura que González-Bailón et al (2011) caracterizou como a dinâmica de convocação de levantes populares através do fluxo **online**.

Nesse sentido, a concepção de “Conversação em Rede” conceituada pela pesquisadora Raquel Recuero, elucida que devido a determinadas características das mídias, o prolongamento das interações se notabiliza e a reprodutibilidade conquista maior evidência e, adiante funcionalismo há uma buscabilidade plena de conteúdos informacionais pelos atores sociais. O ato ocorre, uma vez que nas redes sociais, cujos propósitos são as interações e conexões, como exemplificação, o Facebook e Twitter, o acréscimo de pessoas é um elemento gradual, isto é, a cada instante novos usuários conectam-se ao **site** e, como especifica a autora, esse fenômeno aproxima os seres e estabelece vínculo entre os mesmos, independente de se conhecerem pessoalmente ou não. “A conversação é maior, há mais participação e mais abrangência” (RECUERO, 2012, online).

Nessa conjuntura, o ato discursivo de participar e organizar os indivíduos nas premissas do ciberespaço vêm desarranjando consideravelmente a maneira de produzir e compartilhar conteúdos e conhecimentos perante a sociedade na contemporaneidade. Prescrevendo modernos parâmetros de cultura, seja de caráter pessoal, institucional ou organizacional, as mídias sociais fomentam e potencializam as práticas de leitura, demanda e elaboração de informações, consumo e, dentre as citadas, novas maneiras de sociabilidade, contato e convívio entre os seres. Por via do seu atributo interativo, dinâmico e imediato, o espaço **online** concede propriedade para que os agentes compartilhem informações majoritariamente de maneira abundante, colaborem e discutam de temáticas culturais à políticas e econômicas, configurando um canal aberto e livre para a ciberdemocracia (GOMES, 2005, online).

O êxito da ação desta diversidade de movimentos sociais com que nos deparamos hoje depende, obrigatoriamente, da capacidade de confluência e de articulação da sua ação, que poderá ser desenvolvida numa teia de relações diversas, bilaterais, multilaterais, conforme as condições concretas. Dessa articulação, emanará a capacidade de reconstruir e adquirir novos poderes. O caminho é, por um lado, o trabalho no terreno e, por outro, a transposição da mensagem para os media, no sentido de se atingirem consensos sociais sem os quais não há mobilização. (Silva, 2003, p. 41)

Milhomens (2009) caracteriza o ciberativismo como “o uso de tecnologias digitais ou de informação e comunicação para a mobilização e enfrentamento político, social e/ou cultural.” Segundo o autor e pesquisador, o conceito manifestou-se com a popularização da *internet* no início da década de 1990. O aceleração, velocidade, agilidade e articulação que os dados e informações levavam para chegar em diversas localidades do globo despertam o reparo e interesse de vários setores sociais, o que inclui na lista os ativistas e militantes de numerosas causas. Todos esses segmentos começaram a empregar essa nova tecnologia de comunicação e, nesse caso, originaram a terminologia que caracteriza a ser e agir politicamente nesse espaço digital, quer dizer, o ativismo executado mediante o uso das modernizações e da *web*, dispostas no ambiente ciberespacial.

Com essa constatação, os movimentos sociais tornaram-se virais, mediante o raciocínio das mídias digitais e da popularização e agilidade na *internet*. O que é visível e não apenas se dá pela característica viral da disseminação das mensagens e informações em si, especialmente das imagens e anúncios da mobilização, mas que, grosso modo segue atuando como resultado da demonstração dos levantes populares que surgem por todas as localidades. Essa maneira de expansão de um Estado a outro, de uma cidade para outra e simultaneamente pode ocorrer com as instituições e organizações de escopo regional e/ou internacional. “Ver e ouvir protestos em algum outro lugar, mesmo que em contextos distantes e culturas diferentes, inspira a mobilização, porque desencadeia a esperança da possibilidade de mudança” (CASTELLS, 2013).

O INSTRUMENTO DE BIPODER E A VIGILÂNCIA ESTATAL

Bem como a Primavera Árabe e as Jornadas de Junho apontam o uso das redes sociais para o ciberativismo, esses protestos virtualmente organizados também elucidam essa competência técnica atuando como instrumentos controle e vigilância. Com base em Foucault (2010), essas mídias tornam-se mecanismos de bipoder, ou seja, em meios que se situam a serviço de um poder que se assenta sobre a existência do povo, regulando-a, normatizando-a de maneiras variadas, inclusive nesse contexto, em seu direito de reivindicar demandas e protestar. É essa ambiguidade que reconfigura as mídias digitais como um cenário de combates onde o armamento é dado pela quantidade de conhecimentos e informações que os agentes conseguem deter, acompanhar, fazer circular e|ou limitar, mediante procedimentos de vigilância e contra vigilância que diariamente se atualizam.

Se num primeiro olhar se vê o sucesso do uso da Internet nas revoltas, por outro, sabe-se também que a onda verde que invadiu o Twitter e o Facebook durante a luta do povo iraniano contra o governo autoritário se virou contra eles, a partir do momento em que a revolta falhou e estas mesmas mídias servem hoje como banco de dados para a busca e apreensão de pessoas por esse regime. (Barreto, 2011, p. 164)

Os movimentos sociais atuais, que se inclinam ao uso das mídias e redes sociais como instrumentos de organização e mobilização, estão expostos à reações de repressão advindas de Estados autoritários ou de governos ameaçados pelo cenário de descontentamento populacional. Todavia, é perceptível que essas atuações de inibição ou coerção estatais são praticadas com o auxílio dos mesmos canais da **web** inspecionados. Preparar-se para superar a recolha de dados, essa correlata à censura, limitação ou proibição das agremiações populares, consiste em um dos impasses que problematizam a subsistência dessas mobilizações contemporâneas. Como estratégia a ser superada, destaca-se o uso espionagem, alicerça o agrupamento secreto dos dados concernentes a outrem e intencionalmente não divulgados. Sobre caracterização e a objetividade dessa habilidade, Montalvão declara:

A Atividade de Inteligência ou Serviço de Informação ou Serviço Secreto ou Espionagem é a implementação de um sistema de coleta de dados e informações para identificação de ameaças e oportunidades para uma organização com o escopo de ajudar o líder ou tomadores de decisão na elaboração de planos estratégicos ou execução de ações táticas e operacionais de ataque, manutenção e defesa dessa organização. (2015).

Preservar a identidade de ativistas, grupos políticos e líderes comprometidos com as reivindicações, pautas e mudanças sociais profundas é imprescindível mediante riscos eminentes de retaliações advindas de regimes totalitários. Em vista disso, essas identificações e táticas de atuação conseguem e são mostradas com o auxílio de mecanismos desenvolvidos por corporações e executados por governos ameaçados ou ditatoriais. Todavia, o que está explícito é o vínculo e tão somente a associação das máquinas de repressão do Estado ao capitalismo corporativo. Pensar essa divergência dual não é algo simples. Fuchs (2011, p. 143) aponta um raciocínio para instigar essa reflexão. “A questão não é, portanto, como a privacidade pode ser mais bem protegida, mas os casos em que a privacidade deve ser protegida e os casos que ela não deve ser”.

A web 2.0 pode ser usada como uma forma de vigilância, exerce poder e dominação, fazendo uso de qualidades específicas da Internet atuais, tais como o conteúdo gerado pelos próprios usuário ou os permanentes fluxos de comunicação dinâmicos. (Fuchs, 2011, p. 134)

O questionamento recai sobre os instrumentos de vigilância empregados pelos Estados na tentativa de impedir os protestos no ciberespaço que conquistavam as avenidas. Estudamos ao longo deste artigo a importância da própria **internet** para a propagação de movimentos sociais e simultaneamente como a mesma pode desempenhar um papel dual, tornando-se um mecanismo de domínio e limitação, além de ser promotora do desaparecimento do anonimato virtual na sociedade da informação. Se numa perspectiva popular a rede era aclamada como “salvadora” para a população reprimida, em outro olhar ela transformou-se em um sofisticado dispositivo de coerção e limitação social a serviço de ditaduras e governos ameaçados. Pela argumentação de Fuchs (2011), “conteúdos criados pelos próprios usuários e disponibilizados nas redes sociais podem ser utilizados como isca para futuras identificações de desertores”.

RETROSPECTO: A PRIMAVERA ÁRABE

Iniciada no mês de dezembro do ano de 2010, a Primavera Árabe obteve como estímulo para a sucessão e propagação dos seus eventos o impactante protesto de um jovem tunisiano denominado Mohamed Bouazizi, que se mostrando desesperado com a ausência de oportunidades para os jovens em seu Estado e, para denunciar esse cenário lamentável ateou fogo em seu próprio corpo (TETHERED, 2014).

Em síntese, seguido desse acontecimento de demasiada repercussão, os levantes populacionais ocorreram em Estados do Oriente Médio assim como no Norte da África, exemplificadamente as manifestações estiveram na conjuntura dessas nações, como: Tunísia, Líbia, Egito, Argélia, Djibuti, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão, Saara Ocidental, Iêmen, Omã, Bahrein, Iraque, Jordânia e Síria (BIJOS; SILVA, 2013).

Com relação à propagação do movimento em caráter regional, elenca-se que a Primavera Árabe não deve ser compreendida como um evento momentâneo ou conhecida como um episódio isolado ocorrido em consequência da inclinação de uma minoria dada como insignificante; e sim o oposto, refere-se a um período de modificações históricas no que concernem os cenários e atuações na política mundial (TETHERED, 2014).

Logo, as causas e justificações para a disseminação do fenômeno eram semelhantes, entretanto a repercussão e os resultados desses movimentos assumiram particularidades em cada Estado Nação. Essas agremiações populares constituíam-se por protestantes das mais diversas classes sociais, não obstante, os adultos já graduados que não possuem expectativa alguma para a conquista de empregos e porvires promissores (SANTOS FILHO, 2013).

Em síntese, a gênese da nomeação desse fenômeno é consequentemente a relação do evento com a Primavera de Praga - centralizada na Tchecoslováquia no decorrer de sua dominação pela URSS - que similarmente obtinha como escopo a busca em mudar radicalmente regimes políticos opressores. E *stricto sensu*, a movimentação alude a uma metáfora, elucidando que após o inverno na primavera as flores renascem e partindo desse pressuposto, a nomenclatura refere-se as mudanças que as revoluções pretendiam alcançar surpreendentemente seguida de longos episódios de descontentamento e subordinação (BIJOS; SILVA, 2013). Os levantes populares que se expandiram pelos Estados - agora apontando a sucessão das agremiações no Egito, Tunísia e Líbia - contestavam os seus regimes políticos repressivos e ambicionavam por modificações de caráter governamental.

Nesse aspecto, os militantes aspiravam por uma segmentação de poderes de maneira transparente, clara e essencialmente democrática, para que datasse maior atuação civil (SANTOS FILHO, 2013). Em suma, mediante essa conjuntura, os sistemas políticos dessas nações explicitavam vulnerabilidade e tamanha fragilidade aos movimentos sociais, dado que os dispositivos de equilíbrio e estabilidade empregados como método de governança, onde os Estados usavam um conjunto de surrupios e concessões de regalias aos nacionais. Isso ocorria, uma vez que esses governos autocráticos não possuíam recursos alternativos que apenas uma autocracia em sua plenitude assumida conseguiria preservar. E por conta destas debilidades na governação, os levantes encontraram brechas e consequentemente ganharam potência e repercussão na região. (JOFFÉ, 2011).

Objetivando a compreensão dos motivos que iniciaram e propagaram os levantes populares na Primavera Árabe, do mesmo modo é significativo entender a conjuntura econômica em que esses Estados se encontravam anteriormente e no despontar dos protestos incitados e regionalmente propagados. Como elucidada Joffé (2011), a pobreza e, em casos específicos a miséria, alcançavam níveis preocupantes, quiçá alarmantes, assim como a alta do preço dos produtos alimentícios e da energia que originaram desagrado populacional e propiciaram um ambiente de desconfianças e propício a reivindicações.

O altíssimo índice de desemprego similarmente ocasionou ondas de descontentamento, na medida em que não mais havia perspectiva de porvires promissores para jovens recém-graduados em universidades. Como outra característica latente na região, encontrava-se nesses Estados, a desigualdade social. Em síntese, aquela região anteriormente a esses eventos não usufruía das mídias digitais em grande escala, entretanto após o despontar da Primavera Árabe é visível que, a proliferação do uso das redes sociais no que se refere o ativismo e militância política na localidade, que ocorreram a datar daquele momento em questão, impulsionou a explosão de **sites** como o Facebook, Twitter e YouTube no cenário árabe e norte africano (MRD, 2012).

Com a multiplicação do uso e popularização da comunicabilidade da **internet** e das redes sociais, o proveito da potencialidade destes era primordial para que o movimento descentralizado se expandisse, porque apenas com suporte nessa ocasião que o compartilhamento de informações em nível doméstico atingiu o plano internacional, mobilizando a opinião pública, os demais Estados e Instituições, Organizações.

Sabe-se que os cidadãos eram os maiores responsáveis pelo compartilhamento de informações e divulgação dos ocorridos através das redes sociais, que propagaram em grande escala os protestos e reivindicações populares. O emprego das mídias digitais proporcionou a potencialização das demandas e indignações do coletivo. A globalização, em uma nova dinâmica, possibilita que atores não estatais adquiram competência para incitar transformações na estrutura do Estado, como a organização de manifestações.

Tal como escreveram Tarrow e Tilly (2009), um movimento social é visto como adversidade para os detentores de poder, visto que os civis se unem para reivindicar a ausência ou excesso que causa descontentamento e, como ocorreu na Primavera Árabe essas atuações coletivas ocasionaram consequências significantes nos Estados e o controle dos ditadores se inutilizou.

Negligenciando a complexidade dessas transformações, a mídia convencional atribuiu a derrubada de Ben Ali e Mubarak às mídias sociais (...) enquanto profundos problemas de corrupção na maioria dos estados árabes foram deixados de lado. Tunisianos e egípcios decidiram colocar fim aos anos de corrupção e humilhação. Tendo usado o Facebook, telefones celulares, YouTube ou apenas o boca a boca para isso. (Allagui e Kuebler, 2011).

O apoio recebido através das mídias digitais e a compreensão regional e internacional possibilitaram uma conexão e contato mais próximo com a conjuntura dos países árabes no ano de 2011 naquela ocasião, fez com que aquele povo entendesse que não protestavam sozinhos, uma complicação aos regimes que buscavam ordenar e regular o cenário de reivindicações. Os militantes, ativistas da contemporaneidade exercitam uma “organização líquida”, no entanto, o uso das redes sociais não elimina simultaneamente uma liderança. Grosso modo, o uso da funcionalidade da **internet** entre os protestantes compilou para que surgissem novas maneiras de liderar, majoritariamente indiretas ou até mesmo invisíveis, com uma eficácia similar na ocupação de conceder a uma atuação coletiva sentido de direção e certo grau de coerência. (GERBAUDO, 2012).

Funcionam como uma presença do “eu” no *ciberespaço*, um espaço privado e, ao mesmo tempo, público. Essa individualização dessa expressão, de alguém “que fala” através desse espaço é que permite que as redes sociais sejam expressas na Internet. (RECUERO, 2009, p. 27).

No questionamento da privacidade, se a discrição interessa às multinacionais para a aquisição de lucros, vezes em rotas ilícitas, a mesma também é imprescindível para a garantia da integridade física e tão somente psicológica dos integrantes desses movimentos de caráter social. Não obstante, quais as limitações de proteção da privacidade na **web** e respectiva segurança para o uso das novas tecnologias de comunicabilidade pelos movimentos sociais na contemporaneidade? Nesse evento, os mesmos civis que encontraram nas plataformas de conectividade na **internet** e em mensagens (SMS) de telefones móveis instrumentos de estruturação, mobilização e compartilhamento de informações para os protestos concomitantemente esteve surpreendida com contra-ataques violentos dos sistemas totalitários através do mesmo canal.

Observa-se na Primavera Árabe a movimentação de um povo oprimido e socialmente limitado por décadas, mas simultaneamente a agregação de corporações - empresas privadas empenhadas na estruturação de mais valia - e regimes ditatoriais, Estados opressores que pretendiam quebrar o sigilo e a privacidade dos seus cidadãos. Grosso modo, a rede era amplamente empregada como mecanismo de vigilância e controle da população. Organizações Internacionais chegaram a denunciar e revelar a existência de procedimentos de espionagem sistemática, de massa e estruturada para os opositores dos sistemas ditatoriais no Oriente Médio e no norte do continente africano. Com o auxílio de equipamentos idealizados e fabricados por grandes corporações advindas do Ocidente e respectivos **softwares**, os militantes do fenômeno eram rastreados e acabavam presos ou assassinados.

RETROSPECTO: AS JORNADAS DE JUNHO

Mobilizada pela indignação perante a conjuntura social e econômica no início do segundo semestre do ano de 2013, a opinião pública brasileira se opunha ao aumento das tarifas do transporte coletivo, exigindo o reajuste dos preços além da aplicação de investimentos nos demais serviços destinados à população, demonstrando seu descontentamento na organização de protestos e reivindicações em cidades de grande visibilidade nacional. Convocados pelo Movimento Passe Livre os levantes populares brasileiros instauraram-se em São Paulo em 3 de junho, pelo agrupamento de militantes que se auto intitulava como “horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” (2013, p. 159).

Como consequência da organização popular, a adição exponencial de ativistas ampliou e diversificou-se em objeção à contenção policial designada aos protestos paulistas. Todas as expressões que circularam pelas mídias sociais e depois se espalharam para as ruas do Estado são exemplos das ideias e temáticas que afligiam os brasileiros no decorrer do período em que as Jornadas de Junho estiveram materializadas.

“Somos a rede social”, “Olha que legal, o país parou nem é carnaval”, “Sem educação, sem saúde, sem paciência”, “Queremos escolas e hospitais ‘padrão FIFA’”, “Vote em ideias, não em pessoas”, “Abaixo o fanatismo e a corrupção religiosa”, “Mais amor, por favor”, “Meu cu é laico”, “Não queremos Copa do Mundo”, “Saímos do Facebook”, “Não somos conduzidos. Conduzimos!”, “Marco civil da Internet já!”, entre outras exteriorizações, concederam “combustível” para uma pluralidade de reivindicações e anseios, conectando indivíduos que necessariamente nem se conheciam longe das redes, mas constituíam uma multidão pronta a ocupar as avenidas.

Essa movimentação colocou em xeque os recursos e procedimentos tradicionais de levantes populares que dão seguridade à interlocução com os governantes do Estado e a grande mídia, impactando a tudo e a todos. Sem megafones, sem palanques, sem carros de som e sem a figura clássica do líder carismático (SECCO, 2013), essa agremiação espontânea e autônoma optou por uma lógica que complicou a atuação dos meios de comunicação dominantes e, especialmente da polícia. Em consequência disso, sem poder identificar os líderes para com as quais conseguissem dialogar para cessar as manifestações, objetivando restituir a ordem e o equilíbrio, os poderes Executivo e Legislativo responderam aos atos com uma nova legislação. Com a criação da Lei Federal nº 12.850 (Lei de Organização Criminosa), e pela Lei Estadual nº 6.528 (Lei Contra as Máscaras).

O estabelecimento e criação de mecanismos legais para o controle das manifestações brasileiras elucidam a dimensão da potência imprevisível e indomável da agremiação popular que saiu às avenidas em junho do ano de 2013. E pelo que se pode examinar, essa movimentação não era uma incoerência de vozes e corpos dirigidos por ações violentas, como a grande mídia diariamente sugeria mediante a exposição desses eventos.

Em sua pluralidade, os protestos que se articulavam por entre as redes sociais e as ruas simbolizavam o anseio comum de mudança; na cultura política do Estado brasileiro, degenerada pela corrupção generalizada e práticas eleitoreiras, no modo em que a religião intervia onde era caracterizado como laico, na inconsistência e precariedade com que os serviços públicos de educação, segurança e saúde eram concedidos ao povo, bem como infraestrutura e mobilidade.

Também, havia cidadãos e grupos que protestando por direitos tocantes à **web** e informação, reivindicando, naquela ocasião, a aprovação do Marco Civil da Internet, agora Lei Federal n. 12.965, sancionada em 23 de abril de 2014. Em resumo, essas movimentações que constituíram as Jornadas de Junho mostraram que as mídias digitais tornaram-se algo além dos tradicionais mecanismos tecnológicos de estudo, trabalho e entretenimento, na contemporaneidade elas correspondem a um complexo “laboratório de cidadania”. Um espaço virtual e dissociado de experimentação política independente, da qual a estrutura distribuída parece estar distante de ser integralmente dominada por partidos políticos, assim como os meios dominantes de comunicabilidade. Todavia, cada vez mais estabilizados pelo progressivo empoderamento dos indivíduos, que usam outras vias de acesso além do habitual.

Como resposta à atividade dos grupos de militância, uma espionagem pautada como atuação legal em âmbito de estratégia governamental obteve aplicação, no monitoramento do agendamento e da organização dos atos e na identificação de possíveis líderes, pela coleta das informações publicadas em redes sociais, agrupadas em sistema e auferidas como parâmetro para contenção. A inspeção **online** foi executada inicialmente pelo **software** do serviço de inteligência do Exército Brasileiro, que em aplicação aperfeiçoada, mas em lógica semelhante à executada na Primavera Árabe, contemplou as múltiplas faces da infiltração civil, para que o Estado não se limitasse ao conhecimento dos atos, mas para que os contivesse e extinguisse a sucessão dos levantes, a salutar as rédeas na sobreposição da ordem nacional.

RESULTADOS PRELIMINARES - CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em conclusão, os levantes populares explanados neste estudo são expressões de uma realidade que concede novos métodos e abordagens ao “fenômeno da informação” na contemporaneidade, introduzindo-se além da argumentação utópica do acesso universal e de livre comunicabilidade. Os movimentos sociais como o que emergiu em meados de 2010 na Primavera Árabe e em 2013 no cenário brasileiro, abrem possibilidades para pensar a comunicação em sua potencialidade, à proporção que combina o sentimento e a razão dos indivíduos. Logo, como algo que dinamiza no ambiente de fluidez, isto é, nas mídias sociais e digitais onde se é mobilizada por uma pluralidade de indivíduos engajados no busca por liberdades, justiça, direitos, precisando ser criada, compartilhada e consumida pelos agentes sociais em um período que é sempre urgente, anexo ao anseio social de mudança.

Quando pensamos sobre esses protestos em sua estratégia de movimentação, chama-se atenção para a funcionalidade das redes sociais, como o Facebook e o Twitter, com a característica de reunir e circular opiniões, sentimentos e denúncias sobre as condições de vida e a conjuntura econômica e política de um Estado no mundo real. Em sua totalidade, essas temáticas tornaram-se acessíveis mediante o uso de computadores e de celulares que “instrumentalizam” o anseio de manifestação em vista da indignação do coletivo. Compreende-se que distantes e próximos, conhecidos ou não, partidários ou imparcial à nomenclaturas, possuidores de ideologias e crenças distintas, os atores sociais e esses grupos de caráter heterogêneo que se conectaram pelas redes sociais eram movidos para pensar as injustiças, as omissões e a ineficácia dos serviços públicos e demais precariedades.

Como consideração parcial, constata-se a importância das mídias e redes sociais para a disseminação e a consolidação de protestos populares, serviços midiáticos esses, usados para comunicar e propagar requisições e atos em alcance local, nacional e, concomitantemente global. E do mesmo modo, contesta-se a devolutiva do Estado perante essa atuação e, não obstante observa-se que a implementação de mecanismos para espionagem, limitação ou proibição dessas participações deveriam ser substituídos por condutas que preservassem a liberdade de expressão e as prerrogativas individuais dos respectivos cidadãos dessas nacionalidades, dado que nesse aspecto, a atuação “agride” o pleno exercício da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTOS E OBRAS CONSULTADAS

FOUCAULT, M. (2008). **Segurança, Território e População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução Eduardo Brandão. Revisão da Tradução Claudia Berliner. São Paulo, Martins Fontes (Col. Tópicos);

MILHOMENS, Lucas. **Entendendo o ciberativismo sem terra na nova esfera pública interconectada**. 2009 Dissertações (mestrado em Comunicação) do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

GAJANIGO, Paulo Rodrigues; SOUZA, Rogério Ferreira. **Manifestações sociais e novas mídias: a construção de uma cultura contra-hegemônica**. Caderno CRH, V. 27, n. 72, p. 577-592, Salvador, set./dez. 2014. Disponível em: < >. Acesso em: 20 nov. 2015.

MOVIMENTO PASSE LIVRE SÃO PAULO. **Passe livre: não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: CIDADES rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p.13-18.

Barreto, Fernando (2011), **Mídias Sociais e Mobilização social**, in **Para entender as mídias sociais**. Brasil, pp. 162-165. Disponível em: blog.colunaextra.com.br/2011/05/leitura-obrigatoriapara-entender-as.html. Acessado em 01-10-2018.

BENTES, Ivana. Prefácio “**Nós somos a rede social**”. In: MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulinas, 2013.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.

BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. **Information science and the phenomenon of information**. Journal of the American Society for Information Science, v. 27, n. 4, p. 197- 204, jul./aug. 1976.

ANTOUN, H.; MALINI, F. **Ontologia da liberdade na rede: a guerra das narrativas na internet e a luta social na democracia**. Revista Famecos. Porto Alegre. v.17, n.3, p.286-294, 2010.

Silva, Manuel Carvalho da (2003), **Os trabalhadores e os movimentos sociais de hoje, em Novas formas de mobilização popular**. Lisboa, Portugal: Campo das Letras, pp. 39-44.

_____. A política da Internet I: **Redes de computadores, sociedade civil e o Estado**. In: A galáxia da Internet. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MEDEIROS, Leonil de Servolo de. **Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas**. Revista mundos do trabalho. Vol: 4, iss:7, pp. 7-31, 2012.

COSTA, Sergio. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais.** Revista brasileira ciência sociedade, Out 1997, vol.12, no.35, pp. 121- 134.

SECCO, L. **As jornadas de junho.** In: CIDADES rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-78.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Manifestações de Rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política.** Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

MARTINO, L. M. S. Redes sociais. In: _____. **Teoria das mídias sociais: linguagens, ambientes e redes.** Petrópolis: Vozes, 2014. p. 55-81.

FOUCAULT, M. Aula do dia 17 de março de 1976. In: _____. Em defesa da sociedade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 201-222.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de Freitas. Protesta Brasil: **das redes sociais às manifestações de rua.** São Paulo: Prata, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre, Sulina, 2013.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013

GERBAUDO, Paolo. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism.** London: Pluto Press, 2012.

NEGRI, Antonio; MICHAEL Hardt. **Multidão: guerra e democracia na era do império.** São Paulo: Record, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Iglu, 2001;

SCHILLER, Dan. **A globalização e as novas tecnologias**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 13. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FOUCAULT, Michel (1975), **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 262.